

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

FRANCISCA FERREIRA DA SILVA

EVASÃO ESCOLAR E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

FRANCISCA FERREIRA DA SILVA

**EVASÃO ESCOLAR E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

Orientação da prof. Ms. Maria Clara de Figueiredo.

**JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020**

FRANCISCA FERREIRA DA SILVA

**EVASÃO ESCOLAR E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

Orientação da Prof. Ms. Maria Clara de Figueiredo.

Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. Maria Clara de Figueiredo
Orientadora

Prof.^a Esp. Jácsa Vieira de Caldas
Examinadora ¹

Prof. Ms. Cicero Reginaldo Nascimento Santos
Examinador ²

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2020

“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que nunca permitiu que eu desistisse mesmo nos momentos mais difíceis. Ele sempre me deu forças pra seguir. Aos meus pais Sebastião Ferreira e Maria de Fátima por acreditarem em mim.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido a oportunidade de ingressar no nível superior e por ter me sustentado até essa etapa final, agradeço carinhosamente a minha família, a todos os meus irmãos pelo apoio e por terem acreditado em mim, em especial a minha mãe, Maria de Fátima da Silva, e meu pai, Sebastião Ferreira da Silva, que, com todo esforço, ofereceram de todas as formas, tudo que esteve ao alcance deles para que eu pudesse continuar firme no meu objetivo.

Agradeço à minha técnica de estágios supervisionados I e II, Maria Barros Saraiva, por todo apoio, acolhimento e ensinamentos durante meu percurso no CREAS, onde aprendi muito, agradeço também a todos os funcionários e profissionais do equipamento CREAS.

Agradeço à minha orientadora Maria Clara de Figueiredo por todo apoio, paciência, orientação e sugestões, que foram imprescindíveis no processo de construção deste trabalho. Elucido aqui, minha imensa gratidão a todos os meus professores, em especial, a professora e coordenadora Márcia de Souza Figueiredo por todo esforço e dedicação, sempre compreensiva e acolhedora.

Nessa oportunidade, agradeço à professora e supervisora acadêmica de estágios Cecília Bezerra Leite, que, em suas orientações acadêmicas e demais disciplinas lecionadas, sempre esteve presente, contribuindo de forma positiva para a construção do pensamento e posicionamento profissional.

Agradeço a todos os meus colegas e amigos de faculdade, em especial as minhas amigas e colegas de turma, Jullyana, Kate, Ana Caroliny, Alícia e Angélica, pelo apoio, parceria e amizade, pela troca de conhecimentos e experiências que contribuíram muito para minha formação acadêmica, amizades que levarei por toda minha vida.

RESUMO

O presente trabalho trata da evasão escolar e a contribuição do Serviço Social para minimização dessa problemática na educação pública. Seu objetivo geral foi analisar qual a contribuição do Serviço Social para a evasão escolar. Para tanto, buscamos discutir a política de educação no Brasil; as dificuldades encontradas por esses estudantes durante o percurso escolar e os meios para intervenções do assistente social junto à política de educação pública. O processo metodológico utilizado para a construção desse trabalho se deu por meio da pesquisa bibliográfica e análise documental mediante a qual percebeu-se a análise de dados com abordagem de cunho qualitativo. No decorrer deste trabalho serão apontados os resultados obtidos de forma que venha contribuir para uma melhor compreensão da atuação do Assistente Social na educação que se faz necessária frente às desigualdades sociais. A política de educação, marcada por interesses e dominação se ajusta às transformações de ensino na contemporaneidade, limitando-se ao acesso à escola em sua integralidade, com mínimas condições de permanência, dessa forma, as desigualdades sociais que tem se materializado na exclusão social vem ocasionado a evasão escolar.

Palavras-chaves: Política de Educação. Evasão Escolar. Serviço Social.

ABSTRACT

This paper deals with school dropout and the contribution of Social Work to minimize this problem in public education. Its general objective was to analyze the contribution of Social Work to school dropout. To this end, we seek to discuss the education policy in Brazil; the difficulties encountered by these students during their school career and means for interventions by the social worker in public education policy. The methodological process used for the construction of this work took place through bibliographic research and documentary analysis, using the analysis of collected data and the approach used was of a qualitative nature. In the course of this work, the results obtained will be pointed out, in order to contribute to a better understanding of the role of the Social Worker in education. That it is necessary in the face of social inequalities. Education, marked by interests and domination, adjusted to the transformations of teaching in contemporary times, limits access to the school in its entirety, with minimal conditions of permanence, thus, the social inequalities that have materialized in social exclusion have caused school dropout.

Keywords: Education Policy, School Dropout, Social Work.

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO I: TIPIFICAÇÕES DO MATERIAL.....39

CAPÍTULO II: TIPIFICAÇÕES DO MATERIAL.....41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: COMPREENDENDO OS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS EM QUE A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESTÁ INSERIDA.....	12
1.1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL, DAS RAÍZES HISTÓRICAS AOS AVANÇOS APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	12
1.2 A SITUAÇÃO ECONÔMICA COMO UM FATOR DESFAVORÁVEL PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR E A ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	18
1.3 EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO.	22
CAPÍTULO II - DA APROXIMAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL : SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR.....	25
2.1 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DE SUA INTERVENÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	25
2.2 EVASÃO ESCOLAR.	29
2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EVASÃO ESCOLAR.	32
CAPÍTULO III – EVASÃO ESCOLAR E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	38
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.	38
3.2 TIPIFICAÇÕES DO MATERIAL.....	39
3.3 ANÁLISE DE DADOS	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

Inscrito no contexto geral do debate sobre a educação no Brasil, essa pesquisa teve como objetivo geral analisar qual a contribuição do Serviço Social para a evasão escolar. Para tanto, buscamos discutir a política de educação no Brasil; as dificuldades encontradas por esses estudantes durante o percurso escolar e os meios para intervenções do assistente social junto à política de educação pública.

Nesse sentido, a educação estruturada de forma diferenciada no meio social, foi conquistando seu espaço e firmou-se como direito de todos, passando a ser ofertada a todo cidadão como um serviço público, no entanto, diante das novas configurações na contemporaneidade, se faz necessário, repensar o processo de expansão e seus limites para acesso.

A escolha do tema originou-se durante o estágio supervisionado II, no Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS em Juazeiro do Norte – CE. Através da participação dos encontros das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI foi possível perceber a importância do trabalho em parceria com as demais políticas. Desse modo, a presente pesquisa justifica-se pela urgência em debatê-la no campo da intersectorialidade onde problemáticas como o combate e prevenção do trabalho infantil estão inseridos. Assim, se inscreve o trabalho do assistente social, visto aqui como um potencial que, para além desses desafios, podem contribuir para o fortalecimento da permanência da criança e do adolescente na escola.

No primeiro capítulo, buscamos situar uma discussão no desenvolvimento da educação no contexto brasileiro, que vai das raízes históricas às conquistas da educação, como um direito de todos e dever do Estado. A educação passa a ser reconhecida como um direito social e inserida no campo das políticas públicas. Nesse cenário, tem-se a ampliação da educação pública e gratuita, que contou com a participação popular, através do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública.

Os avanços na legislação trazem educação ofertada para todos em sua integralidade e descentraliza a família, passando agora a participar da colaboração, promoção e incentivo no processo educativo. Esse contexto é

considerado um momento marcante da parceria entre família e sociedade, sendo de responsabilidade direta o Estado.

Diante das mudanças, que se aprofundam na sociedade, em decorrência das reformas no mundo do trabalho, a partir dos anos 90, o ensino, inserido nesse processo de transformações, passa a sofrer novas determinações que tem como consequência a exclusão social, como resultado do não acesso a um ensino de qualidade resultando em um ciclo de informalidade e subemprego constante.

No segundo capítulo, trataremos da aproximação do Serviço Social com as relações sociais, as causas da evasão escolar, e suas contribuições como enfrentamento das mesmas. A profissão conquista seu espaço à medida que, consegue responder aos anseios da sociedade. Tais respostas, se materializam nas expressões da questão social.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a Política de Assistência Social vista como um dos elos para o enfrentamento às problemáticas do ensino no Brasil, passa de caridade prestada pelas entidades filantrópicas à racionalidade.

O Serviço Social se insere nesse processo de aproximação com a educação, e se desenvolve na realidade das contradições existentes. A profissão define sua bandeiras de luta (anos 1990), assumindo seu compromisso com os direitos sociais numa perspectiva pública, democrática e universal.

Atualmente, o Serviço Social é uma profissão que atua orientada por um projeto ético político, comprometido com a democratização dos direitos sociais e políticos, atua em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. O compromisso firmado busca concretizar os direitos previstos nas políticas sociais, que exige do profissional uma apreensão crítica da realidade, diante disso, sua relação se materializa na percepção do contexto em que a escola está inserida, e sua relação com os problemas sociais, visando o enfrentamento das desigualdades sociais e de todas formas de opressão.

Ainda no segundo capítulo a evasão escolar é tratada como uma problemática a ser trabalhada pelo Serviço Social, diante das suas competências, uma vez que fatores externos à escola, tais como condições sócio - econômicas, necessitam ser trabalhadas.

O terceiro capítulo busca traçar os processos metodológicos, pelos quais, foram possível chegar a conclusões desse trabalho, portanto, Utilizou-se da abordagem qualitativa, que possibilita analisar inquietações postas na sociedade,

desse modo, as análises da coleta de dados foram divididos em três pontos, onde serão sistematizados os resultados desta pesquisa

CAPÍTULO I: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: COMPREENDENDO OS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS EM QUE A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESTÁ INSERIDA.

Para compreender as mudanças ocorridas ao longo das transformações, e da formação da política de educação no Brasil, se faz necessário conhecer o contexto histórico, político e econômico, tendo em vista marcos históricos, o que levaram ao seu processo de evolução, conquistas e transformações ao longo da história. O período da industrialização de bases capitalistas trouxe as mudanças educacionais de ensino, onde, a educação se insere no mundo do trabalho como preparação da mão de obra, para atender as necessidades advindas do processo de industrialização no país.

A partir da globalização, nas últimas décadas, o mundo da ciência e da tecnologia incorpora outro tipo de tarefas realizadas no âmbito do trabalho, onde se exige outro tipo de formação educacional, o que reflete na descentralização e flexibilidade, na forma de produzir e na instabilidade no mundo do trabalho.

1.1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL, DAS RAÍZES HISTÓRICAS AOS AVANÇOS APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DO DIREITO À EDUCAÇÃO.

A história da educação no Brasil tem início em 1549, com a chegada dos primeiros padres jesuítas em nosso país, vindo de Portugal e guiados pelo pároco Manuel da Nóbrega, uma educação focada nas raízes da catequização, atrelada à igreja católica, com um objetivo claro e pontual, converter a alma do índio brasileiro à fé cristã, enquanto o homem branco recebia instrução, o índio era catequizado e aproveitado para trabalhos manuais, o negro ainda era tratado como mercadoria, sendo vendido como coisa sem alma. Segundo Piletti (2013), os Jesuítas se dedicaram a duas tarefas principais, a pregação da fé católica e a educação,

acreditando que dessa forma, abriam caminhos para os colonizadores com seu trabalho educativo. Pois, acreditava o líder jesuíta Manuel da Nóbrega, que os índios eram “papel em branco”, ou seja, para ele os índios não teriam tido contato com outros povos e saberes que não fossem próprios da cultura deles, sendo assim, seria mais fácil eles aceitarem os conhecimentos e mudanças trazidas e impostas a eles.

A exclusão e divisão, já se faziam presentes, e o atendimento diferenciado e mais aprofundado para os filhos dos portugueses e descendentes dos europeus, os quais recebiam um ensino mais voltado às letras, não se restringindo ao cunho religioso, a ordem vinha da própria elite colonial que morava no Brasil, havia também, a separação entre homens e mulheres, em que as mulheres não frequentavam os colégios e eram educadas em casa, e o ensino era somente doméstico e religioso, de boa mãe e esposas.

Passados nove anos, a companhia de Jesus fora expulsa do Brasil, e aparentemente perdera força no ensino escolar, continuando dessa forma, as aulas régias em meados de 1759, uma ordem religiosa que deixou traços, que permanecem até hoje em nossa sociedade. Quando formalmente em 1772, a educação no país segue novos rumos, com a reforma pombalina, período em que o Brasil dar os seus primeiros passos, e oficialmente é implantado um ensino público, considerado o nascimento dessa semente, e mais adiante como direito de todos.

Com a reforma pombalina, a educação passa a ser descentralizada das mãos dos jesuítas, e agora ofertada a todos os cidadãos. O Estado passa a oferecer línguas modernas, desenhos, aritmética, geometria e ciências naturais, correspondendo dessa forma, ao ensino primário e secundário. Porém, pouca coisa mudou, as aulas ministradas pelos religiosos em suas casas, igrejas e domicílios particulares, pois eram vistos como verdadeiros educadores, o que aumentava ainda mais a exclusão.

Em 1980, com as conquistas, um marco se destaca com a chegada da família real, são desembarcados no Rio de Janeiro, em um dos navios vindo da Europa cerca de 60 mil livros, e como fruto, nasce mais tarde a Biblioteca Nacional, e mais adiante com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser direito de todos e dever do Estado.

No contexto atual, há uma inclusão do direito à educação no elenco dos direitos humanos fundamentais, em um quadro jurídico constitucional que consiste

em um sistema de garantias, em uma realidade social e individual. A constituição vigente, conhecida como a constituição cidadã – onde se ampliou o conteúdo da segunda e da terceira geração, enfocando direitos coletivos e sociais, a elaboração do documento constitucional de 1988, resultou de diversos setores da sociedade, em garantir a liberdade do contexto histórico em que nos encontramos hoje.

No Brasil, foi declarado pela primeira vez na Constituição de 1934 que, a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, dessa forma, vemos a educação como tarefa dos poderes públicos, inscrito como um direito.

Reconhecemos que, não foi uma trajetória linear, pois no decorrer desse processo, o direito à educação vai sendo pontuado frente à ordem pública.

Segundo Piletti (2013), a educação vista dentro de um governo centralizador do Estado Novo, passa por mudanças que embora sejam válidas para todo o país, e que abrange as modalidades de ensino, trazem legislações específicas, “o ensino pré-vocacional e profissional, destinado à classe menos favorecida”, proclamadas na carta de 1937 como primeiro dever do Estado, que traz a existência de dois tipos de educação: a destinada às elites - ensino secundário e superior, e as reservadas aos pobres ou às classes menos favorecidas, “o ensino primário e profissional”, o que retrocedia ao que fora superado ao longo da primeira república.

Do direito à educação, a primeira Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB) de Nº 4.024, de dezembro de 1961, declara em seu título I e Art. 1º que, a educação nacional é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e é firmada como direito de todos e dever do Estado. Proclamado pela Assembleia Geral, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no seu Art. I; afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, em que deve prevalecer o espírito de fraternidade.

Durante o processo da elaboração da Constituição Federal de 1988, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro, e promulgada em 05 de outubro do mesmo ano, foi criado o (FNDEP) – Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, e sua bandeira de luta definida, é considerado um movimento social ligado à realidade brasileira, surge em 1986, momento em que planos estavam sendo traçados para a elaboração da Carta Magna para o país. “O lançamento do fórum foi acompanhado de um manifesto em defesa da escola pública e gratuita, seguindo de uma tradição dos educadores brasileiros desde a

década de 30, quando os pioneiros da educação também lançaram um manifesto à nação (...)” (GOHN, 2005, p. 77).

O país avança em suas conquistas, na área educacional, a carta promulgada contou com a participação popular em sua elaboração, mas, não basta apenas desenvolver um sistema de ensino público, se faz necessária a qualidade do ensino, da articulação dos profissionais junto às políticas públicas, em garantir a permanência dos mesmos no âmbito escolar. O alcance da educação como direito de todos, e por isso ela deve ser exigida por todo cidadão.

O direito de todos à educação, é na verdade o direito social à educação, e concede aos cidadãos o gozo da educação como serviço público, e devem ser ofertadas pelo Estado. A política educacional é um conjunto de intervenções firmadas em Lei, tais conquistas, como a ampliação do direito à educação pública e gratuita, bem como as ações do princípio democrático do ensino público.

O fato novo, na Constituição de 1988 é a ampliação do conceito de educação básica, passando a ser compreendida como um processo que engloba a educação infantil, fundamental e médio. Descentraliza a família, que era dada a incumbência de ministrar a educação, passando então, a ter uma posição na colaboração e promoção do incentivo no processo educativo, é um momento de plenitude de declaração, da parceria com a mesma e a sociedade civil, mas de responsabilidade direta do Estado.

Dentre a principal legislação, que procura garantir o direito à educação, tem-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei – 8069 de 13 de julho de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001).

Promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei – 4024/61 é um documento que contém todas as disciplinas em um sistema de ensino, estabelecido como um documento histórico, é a legislação que regulamenta o ensino educacional, veio a se modificar, no sentido de alcançar objetivos de acordo com as necessidades atuais.

Dentre as alterações feitas na LDB, a nomenclatura de 1º e 2º grau é substituída por ensino fundamental e ensino médio, Do direito à educação e do dever de educar; no Artigo 4º. O dever do Estado com relação à escola pública será efetivado mediante a garantia de: X- vaga na escola pública de educação infantil ou

do ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia que completar quatro anos de idade.

Trata-se de uma regra de caráter global, de aplicação geral, abstrata e de caráter impositivo, que normatiza e dá a direção, o rumo fundamental que a educação brasileira deve seguir. De acordo com a própria simbologia do nome essa Lei contém em suas linhas as condições fundamentais (...) (FAGUNDES, 2006, p. 1).

O caráter global traz um sentido que, a educação agora ofertada para todos, em sua integralidade em forma de Lei e normas a serem seguidas, baseadas nos direitos, deveres e liberdade da pessoa humana e como cidadão, da compreensão do tratamento igual para todos.

O artigo 295º da Constituição Federal, Brasil (1988, p. 400), pertencente ao capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto – determina que “A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho”.

Ainda o artigo 206º estabelece uma série de princípios, dentre os quais se destacam: o da igualdade de condição de acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumento legal de implementação desses direitos constitucionais, no Art. 3º garante à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, e lhes assegura, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

No Art. 4º dispõe que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Tanto o Art. 227 da CF/88, quanto o ECA, são resultados de um longo debate, sobre o que hoje se conhece como o tema Crianças, Adolescentes e jovens.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, regulamenta o artigo 227 do Capítulo VIII – Da Família, da Criança e do Adolescente e do Idoso, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vem com um caráter preventivo, o artigo determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1990, p. 02).

As mudanças políticas e sociais no país, na década de 1980, renovaram o debate sobre o tema, que culminou com o reconhecimento da criança e do adolescente como “sujeitos de direito”, abolindo assim, a clássica distinção preconceituosa entre “crianças e adolescentes” e “menores infratores e delinquentes” estes, em geral, filhos da pobreza. Visto que em termos de Lei, existe toda uma legalidade para o percurso da inserção do indivíduo em sua trajetória escolar, desde a infância, garantido no sistema público de ensino.

A efetivação dos direitos conquistados, em uma sociedade politicamente organizada está ligada ao desenvolvimento da mesma, se expande portanto, no campo dessas políticas, instrumentos que visem à garantia da dignidade humana, e no compromisso com a educação, através dos órgãos competentes que a executam.

Dessa forma, cabem ao poder público um regime de colaboração entre a união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, onde são definidas as responsabilidades entre os mesmos, e inclui a educação básica, educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, e da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos, da educação profissional e superior.

Apesar de termos uma Constituição avançada, que firma e traz como garantia os direitos educacionais, sabemos que ainda há exclusão, negação e muitos que não tem acesso à escola e um ensino de qualidade. A luta, portanto, se insere no campo das mobilizações sociais, em um contexto de enxugamento das políticas públicas que reflete nas reorganizações dos direitos conquistados.

1.2 A SITUAÇÃO ECONÔMICA COMO UM FATOR DESFAVORÁVEL PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR E A ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.

O atual cenário educacional visto de forma crítica e avaliativa, tendo a exclusão social como um problema que afeta desde cedo, mostra a necessidade de desenvolver parcerias com programas que estejam ligados à educação, para a articulação junto às políticas públicas de educação para a permanência escolar. Ressaltando que, no Art. 205º da CF/88; que a educação é direito de todos e dever do Estado, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma vemos a parceria do Estado com os órgãos públicos, em promover não só a qualificação, como também o incentivo desses estudantes, vemos que, o investimento nos professores durante esse processo é uma pré-condição, pois, à medida que esses professores são capacitados, a escola também ganha com isso, considerando a figura do professor como sujeito, que se envolve de forma a contribuir integralmente no processo de aprendizagem desses estudantes.

Se a escola tem, historicamente, produzido a exclusão por meio dos fenômenos da evasão e da repetência, possibilitar a permanência de todos e a aprendizagem exige, necessariamente, repensar a estrutura seriada da escola. Todos podem aprender, a escola é que deve mudar seus tempos e espaços, reorganizando-se para todos. (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.7)

Visto que, isso é possível quando os investimentos realizados na preparação, sejam eles nos professores e demais profissionais, venham a contribuir no campo coletivo e individual, não colocando esses como atores únicos nesse cenário, mas, de colaboração com outros profissionais da área social, que venham a contribuir na continuidade escolar desses estudantes e no processo de aprendizagem.

A atual educação brasileira, que em meados do século XX, com o processo de expansão da escolarização básica teve crescimento no país, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 70 e início dos anos 80. O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados, mesmo com o programa social, que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 06 e 12 anos de idade. 731 mil

crianças ainda estão fora da escola (IBGE). Ou seja, para a permanência é necessário uma base bem desenvolvida, e não apenas garantir a matrícula.

O envolvimento dos profissionais da educação, e de outras áreas juntamente com as políticas de desenvolvimento social, que vem lidando com o abandono e a evasão escolares, sendo estes problemas sociais, que afetam principalmente os estudantes do ensino médio, os quais lideram essa evasão por falta de interesse, (dados do INEP, IDH). Já a principal causa presente no ensino fundamental é; a distância associada à falta de transporte escolar.

A situação econômica está ligada a autonomia financeira, levando a esses estudantes a começarem a trabalhar mais cedo, sem ter concluído os estudos, como também a conciliação, que muitas das vezes não contribui para isso, e esses acabam optando pelo trabalho. As parcerias desenvolvidas, como bolsas de estudos, condição de transportes, e outras parcerias entre, transportes coletivos e políticas de desenvolvimento social, são formas de promover a integração desses estudantes na escola.

O papel desenvolvido pela política brasileira de educação, que assegura através dos programas executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), tem por finalidade, captar recursos e prestar auxílio financeiro e técnico aos municípios, através de ações que venham a contribuir para uma educação de qualidade.

Conforme Libâneo (2013), O MEC, o FNDE, organiza em suas ações os seguintes programas, dados de 2010: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programas de Transporte Escolar, Programa Brasil Profissionalizado, Programa Nacional de Formação Continuada à Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola), Proinfância, Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE), Plano de Ações Articuladas. À medida em que a política de educação vai conquistando espaço, a qualidade de suas ações se estabelece socialmente, a partir de programas educacionais para atender a demanda educacional.

Os acontecimentos históricos, em que a educação percorre no decorrer do tempo é que são arquitetadas as relações que os homens estabelecem, na década

de 1990, novos rumos e iniciativas no campo das reformas dos sistemas públicos de ensino, em detrimento da qualificação e oferta da mão de obra:

As reformas educacionais dos anos 1990 no Brasil têm como preocupação comum estender o atendimento do ensino fundamental, interpretando como educação básica, apesar da amplitude adquirida por esse termo na Constituição Federal de 1988. O intento justifica-se na necessidade de se propiciar à população um mínimo de conhecimentos, para que ela consiga integrar-se à sociedade atual. (OLIVEIRA, 2010, p. 24)

Um ensino que se insere no campo das transformações, e que se aprofunda no decorrer da globalização e do desenvolvimento econômico do país, marcado por formulações, em detrimento as respostas e soluções advindas das novas demandas que surgem no mundo capitalista, mudanças essas, que abrangem as transformações em sociedade e o pleno desenvolvimento no mundo do trabalho.

Segundo Antunes (2001), o neoliberalismo e a reestruturação produtiva acarretou esse desmonte, com uma enorme precarização do trabalho, e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, o que se reduz a produção de mercadorias, o que vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo, que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e precarizados.

As necessidades que surgem, em busca da qualificação de trabalhadores aptos a desenvolverem uma atividade ágil, flexível e alto conhecimento tecnológico, vêm ocasionando a exclusão daqueles que não tem acesso a determinados tipos de ensino e preparação para desenvolvê-las, gerando assim a instabilidade no mundo do trabalho formal.

(...) A desqualificação passou a significar exclusão do novo processo produtivo. Por isso, há lugar, no novo processo produtivo, para trabalhador cada vez mais polivalente, flexível, versátil, qualificado intelectual e tecnologicamente capaz de submeter-se a um contínuo processo de aprendizagem. (LIBÂNEO, 2013, p. 124)

Com isso, vemos não somente a exclusão gerada no mundo do trabalho, como também, a exclusão social como consequência daqueles que não terão acesso a um ensino de qualidade, e os que se encontram às margens da sociedade, por não terem acesso ou até mesmo não ter concluído o ensino escolar básico, e submetem-se a inúmeras formas de trabalho informal.

Para responder a esse padrão de qualificação, Oliveira (2010), diz que, diante as mudanças ocorridas em todas as esferas, municipal, estadual e federal, ajustarem esse ensino, seria um meio para garantir seu ingresso no mundo do trabalho formalizado, e para assegurar esse alcance, o sistema educacional de qualidade seja efetivado para todos, do contrário resultará nos altos índices de desemprego, subemprego e da informalidade.

Ainda diz Oliveira (2010), da educação vista como requisito essencial à formação para o trabalho, a educação básica propicia aos indivíduos desenvolverem-se com maior adaptabilidade as mudanças, e contemplar a essa necessidade, de oferecer um mínimo de conteúdo a grande parte da população que se ver excluída do emprego formal.

Dessa forma, cabem à política de educação pública e os demais órgãos, a articulação para garantir a permanência escolar, buscando meios para que esses estudantes não venham se distanciar, no campo das atividades para além do âmbito escolar, pensar a educação como formação que não se restrinja apenas para o mercado de trabalho, é ao mesmo tempo, trabalhar o processo de participação como cidadão, que atua ativamente nos processos de formação em sociedade.

(...) Se a escola tem por finalidade a apropriação dos saberes sistematizado e o desenvolvimento de capacidades intelectuais, sua atuação deve voltar-se para a aprendizagem dos alunos, a qual depende não apenas da mediação do ensino, mas também da consideração do contexto scioeconômico-cultural dos estudantes, das expectativas sociais das famílias, dos processos de organização e gestão da escola, da participação efetiva da comunidade (...) (TOSCHI, 2013, p. 251).

Compreender o contexto social, em sua dimensão econômica e cultural que esses estudantes estão inseridos, possibilita uma apreensão integral das formas de inclusão social, visto que, não é um processo que se resume apenas ao ensino, mas, de um conjunto como um todo, da articulação entre as dimensões que apreendem fatores externos.

O primeiro Plano Nacional de Educação vigorou de 2001 a 2010, a Lei 13.005/2014 em vigência desde 25 de junho de 2014, estipula metas que visa garantir a educação acessível e de qualidade em todos os níveis, da educação básica e do ensino superior.

Dos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa à articulação e o desenvolvimento do ensino, são diretrizes do PNE 2014 a 2024, que consiste na superação das desigualdades e na promoção da qualidade educacional:

I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; (...) (PNE. 2001, s/p).

O país se encaminha para mudanças significativas na área da educação, visto que, em cada contexto histórico, vão surgindo novas demandas educacionais que se inserem como necessidades sociais, a capacidade para compreensão das entidades governamentais em parceria com movimentos da sociedade civil, trarão essas formulação e execução.

1.3 EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO.

Levando em consideração as transformações ocorridas no mundo do trabalho, em detrimento a preparação da mão de obra para o mercado de trabalho, temos que constatar a ideologia neoliberal como um marco que se acelera nos anos 90, exigindo um novo tipo de trabalhador, flexível e capaz de desenvolver novas habilidades para garantir o seu desenvolvimento.

(...) O capitalismo, para manter sua hegemonia, reorganiza suas formas de produção e consumo e elimina fronteiras comerciais para integrar mundialmente a economia. Trata-se, portanto, de mudanças com o objetivo de fortalecê-lo, o que significa fortalecer as nações mais ricas e submeter os países mais pobres à dependência como consumidores. (LIBÂNEO, 2013, p. 64).

Visto que, as transformações econômicas que vem se implantando atualmente, já haviam sido gestadas, no campo político e social, agora se criam um novo processo de implantação do capitalismo dentro de um contexto histórico de dominação, onde as desigualdades sociais serão os elementos que constituirão sua estrutura.

São transformações que refletem diretamente no mundo do trabalho, com a introdução crescente de novas tecnologias, as reorganizações das tarefas

desenvolvidas pelos trabalhadores, uma maior rotatividade do indivíduo em vários postos de trabalho, causando assim a instabilidade dos direitos trabalhistas, o que contribui para a reprodução e acumulação do capital.

É por si evidente que esta relação implica, necessariamente, uma relação de exploração e de dominação do capitalista sobre o trabalhador. O que significa que a produção da desigualdade social não é um defeito, mas algo que faz parte da natureza mais essencial desta matriz geradora do capitalismo. (TONET, 2006, p. 29)

Nesse processo, entende-se que, a educação se deu á partir de uma dominação de interesses políticos e econômicos em sua formação social, que se perpetua, para Santos (2012), pensar a “questão social” a partir da categoria “formação social”, possui as características do “modo de produção” capitalista, que se expressam de forma historicamente determinada.

Segundo Mészáros (2005), no sentido amplo do termo educação, trata-se de uma questão de internalização por parte dos indivíduos, da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social. Nesse sentido, entendemos que, ao longo do tempo a educação foi sendo moldada e ajustada ao processo de produção e acumulação do capital, que usa das estratégias do próprio sistema, que é manter e assegurar seus interesses enquanto classe dominante.

(...) É no interior dessas duas categorias que se visualizam respectivamente, de um lado, as formas concretas de exploração do trabalho e, do outro, o nível de interferência das classes sociais e do Estado em relação a elas: suas lutas, a legislação promulgada para regular as relações entre capital e trabalho e também para proteger ambas as partes. (SANTOS, 2012, p. 135).

A educação vista dentro das contradições postas pelo sistema capitalista em sua totalidade deve ser pensada e avaliada criticamente. Assim, considerando o foco deste trabalho é necessário compreendermos em que momento essas questões impactam na realidade dos sujeitos, visto que, uma apreensão da totalidade em que esse sujeito está inserido socialmente, implica tanto a reprodução da ideologia dominante quanto do seu enfrentamento.

Para Tonet (2006), a esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica do seu desenvolvimento, nesse sentido, as instituições educacionais vêm sendo modificadas e adaptadas para a preparação do trabalho, pensar essas formulações dentro de um sistema que contempla a dominação estabelecida sobre as classes dominadas, diante disso são postas as contradições existentes, em que

há a possibilidade de uma oposição à hegemonia, ou seja, onde é gestada na sociedade a correlação de forças contra a ideologia capitalista.

Pensar a educação como um mecanismo de transformação e da emancipação humana, exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição os seus fundamentos, as mudanças trabalhadas para uma educação libertadora teriam como função transformar o trabalhador em um agente político.

A educação vista para além do capital, tem em sua realização uma nova ordem social, o papel da educação é supremo, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas, adequadas a mudar as condições objetivas de reprodução, quanto para a auto mudança, consciente e qualitativamente diferente.

Conforme Montañó (2013), a partir dos estudos de Marx (2001), a emancipação política foi desenvolvida na passagem do feudalismo ao capitalismo, e no interior dessa classe burguesa foram sendo conquistados direitos civis, políticos e trabalhistas no decorrer do desenvolvimento da cidadania e democracia. A emancipação política não garante sua plena emancipação como homem, mas, é uma condição para alcança-la, eliminar a exploração em todas suas formas de produzir, seria alcançar a eliminação das desigualdades e dominação, que seriam fundamentais para a conquista da emancipação humana.

A luta anticapitalista não deve caminhar separada da luta contra o machismo e a desigualdade sexual, contra o racismo, e a desigualdade racial e étnica, contra as diversas formas de segregação, desigualdade e preconceito. Ela deve reunir todos estes campos de batalha, orientados no curto prazo contra a forma específica de desigualdade (para a emancipação política específica), e no longo prazo contra a ordem burguesa, a sociedade de classes (para a emancipação humana). (MONTAÑO E DURIGUETO, 2013, p. 132).

A consciência adquirida durante o processo de consciência de classe, é que vai moldando o homem para uma consciência no campo de luta, para uma ação transformadora em sociedade, é necessário que o homem desenvolva essa consciência durante o processo de construção de conquistas de direitos, civis e políticos, através da qual é possível uma análise crítica, que permitirá sua ação participativa, sabendo de fato sua posição na sociedade.

CAPÍTULO II - DA APROXIMAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL : SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EVASÃO ESCOLAR NO ÂMBITO ESCOLAR.

Diante das relações sociais, compreendidas no campo das contradições existentes, em seu contexto sócio histórico e cultural, se faz necessário uma apreensão crítica, das questões postas como problemas sociais, levando em consideração, as novas/velhas expressões da questão social, e as estratégias de identificação dessas, através de formulações e parcerias, entre a política de educação e o Serviço Social no enfrentamento das desigualdades sociais.

2.1 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

O Serviço Social se constitui enquanto profissão, e conquista seu espaço e utilidade social, à medida que consegue responder aos anseios da sociedade, que se materializa nas expressões da questão social, que no sentido universal do termo, significa o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos gestados dentro do atual sistema capitalista.

Conforme Martinelli (2009), os acontecimentos do século XX, época em que o capitalismo enfrenta sua grande crise econômica, um quadro social bastante preocupante, com a “questão social” posta no centro do palco histórico em toda sua plenitude, o desemprego crescente e a pobreza atingia níveis alarmantes.

Os problemas políticos, sociais e econômicos, de grande dimensão, exigiam medidas igualmente amplas. O movimento dos trabalhadores torna-se cada vez mais organizado politicamente e o proletariado era uma presença marcadamente significativa no cenário social. (MARTINELLI, 2009, p. 100).

Visto que, à medida que a questão social se evidencia, posta à cena pública, novas medidas se faziam necessárias, e como respostas a essas reivindicações que se gesta na luta e formação da classe operária, as autoridades governamentais ligadas à área social, se viam obrigados a rever estratégias de intervenções, nas contradições postas em um cenário urbano industrial.

Para Iamamoto e Carvalho (1995), a implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico, com a implantação das Leis sociais, em resposta

ao deslocamento da questão social ao cenário político, possui em seu início, uma base bem delimitada, e a partir de uma ideologia igualmente determinada, se legitima face aos problemas sociais e seu aguçamento.

Afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivada da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. (IAMAMOTO, 2007, p. 76).

Entender as relações sociais, no campo da produção e reprodução social é compreender todo o contexto sócio histórico. As expressões da questão social, ao serem apreendidas em seu contexto histórico, traz um conjunto de fatores para identificar a atuação do profissional assistente social, são fatores sociais, econômicos e culturais. Para apreensão dessas expressões, é necessário uma apreensão crítica dos processos de exclusão social, que vão determinar desde a inserção escolar desses estudantes, como também suas relações em sociedade, não se limitando apenas ao âmbito escolar.

A questão social ao ser reconhecida pelo Estado, que passa a intervir na mesma através das organizações e prestação dos serviços sociais, nesse momento como um novo tipo de enfrentamento da questão social, são formuladas as políticas sociais, gestadas no âmbito do enfrentamento das desigualdades sociais, geradas do antagonismo entre as classes.

Assim, trabalho e formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do assistente social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania (...). (IAMAMOTO, 2007, p. 11.)

Com o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho, modificam-se as formas de exploração da força de trabalho, gerando assim novas formas de atuação perante a questão social, que se intensificam à medida que os interesses econômicos se expandem, nesse sentido, requer do profissional novas atuações. No campo político, a assistência social passa de caridade prestada pelas entidades filantrópicas à racionalidade da assistência social, com mão de obra qualificada e requisitada pelo Estado.

Nesse contexto, a política nacionalista de Getúlio Vargas, com o aprofundamento da industrialização na década de 1930, baseada no crescimento econômico acelerado, portanto, seria necessário, preparar e adequar o indivíduo para as mudanças que ocorreria nos próximos anos, Iamamoto (1995), no período de 1937-1940, o Serviço Social já desenvolvia essas práticas, através da assistência social e familiar, direção da creche, articulação dos serviços anexos, ação educacional (educação popular – formação moral, higiene e outros), as visitas domiciliares, os encaminhamentos, tinham seu público preferencial as famílias operárias.

As primeiras formas consideradas como manifestação original do Serviço Social no Brasil, tem seu primeiro Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em 1932, na cidade de São Paulo, havia, portanto, a necessidade de uma formação técnica especializada, nesse sentido, é fundada a primeira escola de Serviço Social que darão as condições para a implantação e aprofundamento do Serviço Social no Brasil.

Os centros familiares organizados pelo (CEAS), funcionam a partir de 1940 em bairros operários, conforme Iamamoto (1995), sua finalidade seria de separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência, contribuindo dessa forma, na elevação dos níveis econômicos e cultural por meio de serviços de assistência e educação, onde serão mantidos serviço diversos;

Na Associação Lar Proletário – primeira grande obra particular do Rio de Janeiro a implantar Serviço Social (1939) – as assistentes desenvolverão atividades semelhantes (em creches, casas de crianças, maternidades, escolas primárias e de formação moral para o lar), além das atividades relativas ao conjunto residencial (230 casas) construído pela instituição: seleção das famílias após apurada pesquisa, orientação da distribuição dessas famílias pelo vila,...) (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995, p. 190-191).

Nessa relação, o Serviço Social se insere na educação e tem um direcionamento para com as famílias, sua inserção será de mediação através das políticas de ajustamento social, o papel do assistente social nas creches e instituições semelhantes, será alcançar as famílias dessas crianças através de um trabalho de reeducação dos pais, dessa forma, ajustando os indivíduos ao meio.

Conforme Faleiros (1991), o Estado organiza o poder e a economia num território determinado, pela mediação de instituições, aparatos ou aparelhos muito diversificados, que compreendem a materialização do poder e da gestão econômica.

Dessa forma, o Estado ao representar o interesse geral da nação ou da sociedade, o faz pelo uso da Lei e das mediações e organismos que constitui o Estado.

A elaboração das políticas sociais não é um processo estanque, visto que, a sociedade passa por constantes mudanças em cada contexto histórico, na fase desenvolvimentista – nacionalista uma das metas do então presidente Juscelino Kubitschek, era acabar com o analfabetismo, seu enfrentamento está ligado a questões políticas.

Os movimentos de educação popular, conforme Piletti (2013), de 1946 a 1964 se destacam, a Campanha de Educação de Adultos, Movimento de Educação de Base e o Programa Nacional de alfabetização, um novo modelo de educação de jovens se gesta, e tem como referência Paulo Freire, mais conhecido como o método Paulo Freire.

(...) os assistentes sociais comprometidos com essa nova perspectiva, muitos assumindo um posicionamento dos cristãos de esquerda, engajam-se no MEB, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, voltando-se inicialmente, para um trabalho de alfabetização, passando depois para animação popular e para trabalhos de sindicalização. Dá-se também a participação de alguns assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire (...) (SILVA, 2009, p. 29).

Período que, o Serviço Social já fazia parte dessa conjuntura, tanto nas escolas como na educação de jovens e adultos, desenvolvia uma função de promover a integração dos escolares ao meio social, visava uma elevação do nível financeiro e cultural, ou seja, ajustar e adequar o indivíduo ao meio. Dessa forma, se amplia um espaço para aqueles indivíduos terem acesso a educação, como também para atuação do Serviço Social na educação.

O Serviço Social se insere nesse processo, e é desenvolvido na realidade das contradições sociais dentro de uma correlação de forças, onde a profissão definiu em sua trajetória suas bandeiras de luta, e compromisso com os desprovidos e em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido compreendemos que, o Serviço Social atende aos interesses do capital, ao mesmo tempo em que, atende as demandas da classe trabalhadora, sempre viabilizando os direitos sociais.

Proclamada a Constituição de 1988, a política de educação é assegurada dentro de um cenário democrático, de direito da pessoa humana, entretanto, posteriormente, a educação passa a ser vista dentro de um sistema em que as

questões postas na sociedade capitalista, requerem uma apreensão em sua totalidade.

A expansão na área educacional, a partir do decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010, abre espaço para a possibilidade da atuação necessária do assistente social. São conquistas que, ao longo do tempo, permite uma discussão frente às necessidades reais de atuação do assistente social na política de educação.

2.2 A EVASÃO ESCOLAR: UM PROBLEMA SOCIAL

A pesquisa realizada pelo INEP (2019), Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira, mostra a taxa entre o ensino fundamental e o ensino médio no ano de 2014, no Brasil, a taxa de abandono escolar no ensino fundamental é de 3,5 comparado ao ensino médio que apresenta uma elevação de 7,6.

Em entrevista a Revista Época (2009) – A pior educação do país é oferecida no ensino médio. Entre os 10 milhões que tem entre 15 e 17 anos, só metade está no ensino médio. Da outra metade 1,8 milhões de alunos desistiram de estudar e 3,5 milhões não conseguem sair do ensino fundamental.

Em entrevista realizada pela Época, com alunos do ensino médio sobre o que poderia ser melhor, um dos entrevistados disse que: “para os professores, faltam melhor remuneração e reconhecimento, para os alunos, aulas mais animadas, jovens e mais participantes, acho que isso tem a ver com a evasão e que ela é um problema de todos na escola.”.

Afirma Freire (1987), para que os educandos de fato aprendam e goste de aprender, que o seu conhecimento de mundo seja respeitado, e que o educador instigue-o a usar esse conhecimento prévio para aquisição do aprendizado. Dessa forma, uma troca de relação entre mundos de conhecimentos diferentes venha a contribuir nesse processo de ensino e aprendizagem.

A falta de interesse por não haver um ensino motivador, se faz necessário trabalhar a qualidade do ensino, no entanto, fatores externos á escola também são situações que esses estudantes enfrentam, são alunos de nível socioeconômico mais baixo, e por isso a necessidade de ter que trabalhar e estudar, e outros que não tiveram acesso à escola, o que envolve outras questões familiares.

Estudos feitos com dados do (IBGE) e do (MEC), indicam que há grupos em maior risco. “São jovens de baixa renda, em sua maioria, negros, que trocam com frequência os estudos por um trabalho precário ou que ficam grávidas já na adolescência”, diz o texto, que acrescenta: “Entender o perfil do jovem que evade da escola e identificar os momentos em que esse movimento é mais provável, são ações importantes a serem realizadas pelos gestores de escolas e dos sistemas educacionais”.

O papel a ser desenvolvido pela escola vai além do que é ditado em regras e formação de currículo, é o papel social desenvolvido através da capacidade adquirida pela experiência vivida ao longo da trajetória escolar, que envolve as expressões da questão social, falar de interesse sem propor algo novo e atrativo não possibilita a atenção desses jovens, que se encontra em uma sociedade competitiva e em constantes mudanças.

Diante do fenômeno bullying, que vem se intensificando, a prática nas escolas tem registrado graves consequências por aqueles que são atingidos, são comportamentos agressivos que violam o direito e a dignidade humana, e vem dificultando tanto o aprendizado dos alunos, como também a indisciplina, enfrentada pelos professores por esses alunos que tem agido com esses comportamentos violentos.

As consequências do bullying para a educação e para as vítimas são muito graves: os alunos vitimizados perdem o interesse pelos estudos, faltam às aulas e chegam até a abandonar a escola, resultando em traumas, crise de depressão e, às vezes, até em suicídio e homicídios. (PILETTI, 2013, p. 259)

No âmbito escolar, esses comportamentos agressivos e violentos que consistem em maus-tratos, que podem ser físicos ou verbais, ocasionam esse distanciamento escolar entre aqueles que vêm sofrendo, são situações que vem se agravando e perpassa o âmbito escolar, envolvendo não somente aqueles que vêm enfrentando esse problema, por isso a importância do conhecimento, da prevenção e do combate.

Como forma de combate e da participação de todos, foi instituído o programa de combate a intimidação sistemática (Bullying), através da Lei 13.185, De 6 de novembro de 2015: em seu Art. 4º - Constitui objetivos do programa referido no

caput do art. 1º; I – Prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade.

No Brasil, segundo a pesquisadora Cléo Fante, uma das pioneiras no estudo sobre o tema, ela afirma, o bullying é um fenômeno que cresce assustadoramente. (MEC 2010, FANTE), podendo ocasionar sérios problemas de acordo com o tempo de exposição aos maus-tratos. Segundo a pesquisadora, como consequências, podem ocasionar sérios problemas no rendimento escolar, que pode resultar em evasão e reprovação escolar, além de causar sérios problemas de saúde física e psicológica.

A evasão escolar, associada ao analfabetismo é um problema social que se estendem para além do controle pessoal, esses são os mais vulneráveis, são questões que envolvem estudos e estratégias da política de educação, em parceria com os órgãos públicos e profissionais da área social com maior atenção a essas parcelas, pois, são brasileiros que, caso não voltem a estudar, terão altíssimas probabilidade de inserção precária no mercado de trabalho.

Segundo o (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil é de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas, não alcançou o índice de 6,5 estipulado ainda para 2015 pelo (PNE) Plano Nacional de Educação, em números absolutos, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever.

O compromisso firmado na Constituição Federal de 1988, da LDB – 9394/96 abrem caminhos para a educação no Brasil, compreendendo a necessidade de uma atuação profissional voltada para a contribuição no campo dos direitos sociais, em que toca seu ponto principal, o acesso e permanência da criança, do adolescente e do jovem na escola.

A educação, mesmo sendo um direito garantido e determinado em seu Art. 6º, neste, a educação juntamente com moradia, trabalho, lazer e outros – constitui um direito social (BRASIL, 1988), a aproximação da realidade social e dos processos para o alcance a esses direitos, requer a atuação do profissional assistente social, que possui a capacidade de apreender a complexidade dessa realidade, que se materializa nas situações de vulnerabilidade.

Os princípios fundamentais do código de ética profissional do Serviço Social de (1993), estão de acordo com o reconhecimento e defesa da liberdade como valor ético central, e das demandas a ela inerentes, e com o aprofundamento da

democracia. Dessa forma, temos a estratégia entre os profissionais assistentes sociais junto à educação, em pensar sua atuação para além do âmbito escolar, destacando assim os direitos sociais.

(...) Projeto profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade. Projeto político profissional que se materializou no código de ética profissional do assistente social, na Lei de regulamentação da profissão de Serviço Social Lei 8662/96 (...) (IAMAMOTO, 2010, p. 113).

Dessa forma, a Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e o Projeto Ético Político, são considerados instrumentos legais que assumem para além do papel jurídico, uma dimensão política que orienta a profissão, a qualidade dos serviços prestados, sendo na verdade, um compromisso firmado com base nas tomadas das decisões para com a sociedade que será assistida.

Nesse sentido, conforme afirma Iamamoto (2007), é uma ação de um sujeito que tem competência para propor, para negociar com as instituições seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais, dessa forma, é possível apreender o movimento da realidade, e detectar tendências e possibilidades para atuações efetivas.

2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EVASÃO ESCOLAR.

Atualmente, o Serviço Social é uma profissão que atua na sociedade orientada por um projeto-ético político comprometido com a classe trabalhadora, com a democratização e universalização dos direitos sociais, civis e políticos. Diante do atual cenário de diminuição e retirada de direitos já conquistados, o assistente social atua para manter e assegurar esses direitos junto às políticas públicas.

O Serviço Social brasileiro construiu coletivamente ao longo dos últimos anos sua bandeira de lutas, posiciona-se em: Defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade e democrática em todos os níveis. Repúdio ao cerceamento da liberdade de pensamento na educação, pautado em iniciativas como o movimento “escola sem partido” e outras reformas educacionais que retiram conteúdos necessários à formação crítica e plural. (CFESS-CRESS, 2019).

Conforme Chauí (2005), as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis do cidadão vão muito além, um direito difere de uma necessidade ou carência e de um interesse:

Um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válidos para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Assim por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito à vida. A carência de moradia ou de transporte também manifesta algo mais profundo: o direito a boas condições de vida. O interesse dos estudantes, o direito à educação e a informação (...) (CHAUÍ, 2005, p. 404-405).

Dessa forma, o direito conquistado e posto como algo geral e não apenas individual, os interesses sociais ganham assim uma força maior, na luta coletiva por sua efetivação, o direito se desloca para a cena política, visto que, são direitos conquistados com a igualdade e liberdade, que criam todo esse cenário de participação e de reivindicações, através da qual ocorre as intervenções, sejam elas para melhorias ou contenção.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico profissional e social renovada. Voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história, nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos da cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma ordem de desenvolvimento social inclusiva para os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2010, p. 4)

O compromisso firmado pela categoria, para dar materialidade as suas competências e atribuições profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, busca concretizar direitos previstos nas políticas sociais, dessa forma, exige-se do profissional uma apreensão crítica dos processos sociais como sendo parte do conjunto de suas competências, que expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto (CFESS-CRESS, 2019).

Diante dessas circunstâncias, se faz necessário uma apreensão crítica já alcançada pela profissão na transição da década de 1970 a 1980, período que marca um momento importante para o Serviço Social no Brasil, visando o enfrentamento pela denúncia ao conservadorismo profissional, para Netto (1999, p.

58), “Os projetos profissionais são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera.”.

Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismos. (IAMAMOTO, 2010, p. 140)

A ligação do Serviço Social com a educação está na concretização dos problemas sociais, diante a realidade e da percepção que a escola está inserida nesse processo, são postas a ligação existente e a aproximação com os problemas sociais, visto que, a partir do compromisso que parte dos princípios do projeto ético-político da profissão, constitui também um compromisso assumido pelo assistente social. (CFESS, 2001)

Nos dias atuais, o exercício da profissão vem enfrentando constantes desafios e limites, tornando cada vez mais complexa sua atuação, no que se refere ao encolhimento das políticas públicas, que reflete na redução dos direitos sociais e nas determinações de reprodução do capital, no campo da política de educação e das contradições existentes, sua atuação se insere nessa mediação;

Participar do estabelecimento desses consensos está na raiz contraditória de constituição do Serviço Social na sociedade de classes, visto que depende das condições institucionalizadas pelas políticas sociais para exercer sua atividade laborativa. Contudo compreender o alcance das estratégias educacionais empreendidas sob a hegemonia do capital financeiro e reorientar a direção política de sua atuação é um desafio que a profissão tem condições teóricas e políticas forjadas. (CFESS, 2010 p. 21).

No campo de atuação, o profissional assistente social deve ter a garantia de condições técnicas e éticas de trabalho previstas na resolução CFESS 493/2006. Para Barroco (2006), nesse novo cenário, a profissão vive um momento de resistência política, as precárias condições de existência social da população usuária, se revelam cotidianamente nas instituições.

Entendemos que, a profissão também está inserida nesse processo, das mais variadas formas de reprodução e opressão do capitalismo, contudo suas ações devem estar centradas no enfrentamento e na resistência, nesse sentido;

(...) Os valores contidos no código de ética profissional são orientadores das opções, escolhas, dos posicionamentos e julgamentos de valor realizados cotidianamente. Todavia, para que se materializem, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido. (BARROCO, 2006, p. 20).

Segundo Guerra (2010), a aproximação da realidade social e dos processos para o alcance a esses direitos, requer a capacidade de apreender a complexidade social que o profissional adquire em pensar, idealizar, antes de agir, é algo que a instrumentalidade possibilita para sua intervenção, entender a real necessidade, é o que traz o alcance dos resultados. Dessa forma, é necessário entender as possibilidades postas ao profissional, através das quais não se limita o seu fazer profissional, tanto em relação ao que as instituições disponibilizam para a realização do trabalho cotidiano, como também a forma de pensar as demandas postas.

O projeto de Lei 3688/2000, que dispõe sobre serviços do Serviço Social e da psicologia nas redes públicas de educação básica, é decretado pelo Congresso Nacional, em seu Art. 1º As redes públicas de educação básica contaram com os serviços de psicologia e de Serviço Social para atendimento das necessidades e prioridades definidas pela política de educação por meio das equipes multiprofissionais.

Das possibilidades e atuação do assistente social junto à política de educação, Martins (2012). Destaca uma inserção ampla e efetiva;

A política de educação, especialmente a educação básica, é reconhecidamente um espaço que encerra uma amplitude de possibilidades de intervenção do assistente social, no sentido de efetivar juntamente com os outros sujeitos que atuam nessas instituições um trabalho coletivo dirigido à ampliação e conquistas de direitos sociais e educacionais. (MARTINS, 2012, p. 260)

Dessa forma, definidos pelo CFESS (2001) a ação conjunta possibilita a inserção do assistente social nas equipes multidisciplinar, visto que, sua contribuição se concretiza em articular estas diferentes formas de organização, e ter sempre presente uma leitura/diagnóstico. O assistente social atua de forma direta aos assistidos através dos programas sociais, como também na gestão, que compete à elaboração e aperfeiçoamento de projetos.

Considerando a desigualdade social presente na sociedade brasileira, a efetivação da ação socioassistencial, estabelecendo uma interface da

educação com a assistência social, visando prover as necessidades básicas das famílias dos alunos, torna-se pré-condição para viabilizar o ingresso, regresso e permanência dos alunos provenientes de famílias empobrecidas nas escolas públicas. (MARTINS, 2012, p. 258)

Considerando o trabalho realizado com famílias, através do qual possibilita a aproximação com os próprios alunos, e maior conhecimento da realidade em que esses vivem, é possível efetivar uma ação de forma integral, ou seja, articulando suas ações entre: aluno, família e escola.

O trabalho desenvolvido de forma que aproxima as famílias e instituições, já vem sendo desenvolvidas pelos assistentes sociais e demais profissionais nas Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI), a prevenção se destaca no enfrentamento do trabalho infantil, nesse sentido o modelo inicial do PETI consiste em:

1. Implantar atividades complementares à escola – jornada ampliada;
2. Conceder uma complementação mensal de renda – Bolsa Criança Cidadã, às famílias;
3. Proporcionar apoio e orientação às famílias beneficiadas; promover programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda junto às famílias. (BRASÍLIA, 2018, s/p).

O trabalho desenvolvido em equipe busca aprimorar as ações, visto que, a ligação entre as políticas públicas para efetivar de fato o idealizado, se transformando assim em uma rede que se complementa, ou seja, ao implantar um serviço de ações e atendimento, requer condições para que esses assistidos e seu grupo familiar recebam todo apoio necessário.

No art. 227, do Capítulo VII da Constituição Federal de 1988, da proteção especial e absoluta em seu (§ 3º, incisos II e III), garante direitos previdenciários e trabalhistas, e o acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola. Dessa forma, o assistente social, tem a possibilidade de articular suas ações nos diferentes campos de atuação interligados entre si, potencializando essas ações ao garantir o acesso ao direito social (BRASIL, 1988).

A sociedade vem passando por constantes mudanças e as novas demandas postas ao Serviço Social também vem se modificando, para isso, são necessárias novas formas de apreensão da realidade para intervir, para Ortiz (2010), sendo a imagem um fenômeno historicamente determinado, é possível que esta possa se alterar no decorrer dos processos históricos, dessa forma;

Tal perspectiva me permite afirmar que a imagem até então estabelecida para os assistentes sociais e para a profissão em si tentem a se metamorfosear, historicamente à medida que a profissão passa a trilhar novos rumos e a assumir compromissos históricos com outros autores e demandas. O exame da trajetória do Serviço Social no Brasil e o acúmulo intelectual experimentado por ele nesses últimos anos atestam o processo de mudanças, não apenas no perfil profissional, mas nos princípios que a profissão defende e na forma como planeja intervir na realidade. (ORTIZ, 2010, p. 18-19)

Entendemos que, é no decorrer do processo de mudanças na sociedade, que a profissão desenvolve o seu perfil, capaz de compreender a atual conjuntura e a capacidade de idealizar novas ações, visto que, os caminhos percorridos pela profissão não é a-histórico, ou seja, não está à parte do processo histórico, e essa apreensão em seu conjunto histórico é o que firma o compromisso com a realidade atual.

A atuação do assistente social na educação trata criticamente da relação das estratégias institucionais, que são gestadas a partir da política de educação em conjunto com o Serviço Social, ao garantir o direito ao acesso e permanência desses adolescentes e jovens na escola, o profissional irá desenvolver ações diversificadas nos diferentes espaços ocupacionais dessa política, que perpassa outras dimensões, no campo das contradições e da luta pela gestão democrática, e da qualidade do ensino.

A contribuição do assistente social para a evasão escolar, através da rede sócio assistencial depende muito de uma leitura crítica profissional, relacionando com a questão social as relações sociais que estão postas, trabalhar de forma coletiva em prol de uma única realidade, o envolvimento enquanto categoria, a parceria com outras áreas para promover movimentos integrativos que alcance conhecimentos, isso de fato potencializa as ações que contribuirão para a permanência escolar.

Ser propositivo para questões que, colabore para a elaboração de uma gestão que se aproxime dos movimentos sociais, para a realização de trabalhos permanentes nos espaços escolar e social, com temáticas que se aproxime do combate, as mais diversas formas de discriminações, que estão ligados diretamente à evasão escolar, a violência doméstica, racismo, discriminação contra a pessoa com deficiência, o bullying e outros, não se limitando a uma única realidade.

Com todas essas questões trabalhadas, é possível uma compreensão do todo, visto que, a limitação do profissional em seu campo de atuação, depende de

sua leitura crítica, ou seja, a demanda posta está ligada a uma realidade que nem sempre está visível no momento, para isso é necessário uma visão para além da realidade, sendo assim, essas questões trabalhadas cotidianamente, é possível sim, uma aproximação do idealizado, planejado pelos profissionais.

CAPÍTULO III – EVASÃO ESCOLAR E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

A metodologia é o estudo pelo qual possibilita ao pesquisador seguir etapas na construção de um trabalho científico. Dessa forma, ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em, diferenciá-lo de outros tipos de conhecimentos existentes, visto que, para se chegar a resultados que comprovem conclusões científicas, se faz necessário um conhecimento apropriado, utilizado pelo pesquisador. (LAKATOS E MARCONI, 2003).

Para construir uma compreensão, de quais as dificuldades encontradas durante o percurso escolar que levam esses estudantes a evadir da escola, e os meios de intervenções do Serviço Social junto à educação, foram utilizadas fontes secundária, pesquisadas em teses e dissertações de mestrado e doutorado, os critérios de seleção do material, foi com base no tema estudado, nesse sentido, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e análise documental, para Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa bibliográfica, se dá por meio das mais variadas fontes publicadas sob material físico ou virtual cuja análise teórica já se tenha feito.

A abordagem utilizada foi de cunho qualitativo. Considerando que, a abordagem qualitativa, conforme Minayo (2002), não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, dessa forma, oferece a oportunidade de analisar, descrever e compreender o objeto problematizado, visando obter informações significativas. Ou seja, tem o objetivo de entender as inquietações, dos assuntos relacionados ao social, de fenômenos, como é o caso da evasão escolar, a qual foi apreendida como objeto de estudo desse trabalho. Serão analisadas as causas da evasão escolar através de materiais relacionados com a realidade social

e que vem causando a exclusão social. O presente trabalho foi construído em três fases:

Fase I – Produção do projeto: O interesse pelo estudo surgiu a partir da participação nos encontros realizados sobre as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI no estágio II, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS em Juazeiro do Norte – CE.

Fase II – Busca do acervo na internet e livros: Deu-se a partir da busca e seleção de materiais relacionados ao tema, materiais já elaborados, de acordo com Severino (2013), a leitura de um texto, quando feita para fins de estudo, deve ser feita por etapas. Em seguida deu-se início a preparação do material para leitura e coleta de dados.

Fase III – Separação do material: O estudo bibliográfico tem o objetivo de analisar o material já selecionado, visando um levantamento e análise das principais referências teóricas diante da problemática apresentada, o material pesquisado em teses e dissertações de mestrado e doutorado, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES, foi recolhido e dividido por pontos, o que significa trabalhar o material selecionado durante a pesquisa.

3.2 TIPIFICAÇÕES DO MATERIAL

A tabela a seguir apresentará todo o material utilizado neste trabalho:

QUADRO 1 – CAPÍTULO I: TIPIFICAÇÃO DO MATERIAL

TIPO	TÍTULO	AUTOR	ANO	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES
LIVROS	A história da educação no Brasil: De Confúcio a Paulo Freire	Claudino Piletti e Nelson Piletti	2013	Apresentação das ideias educacionais desenvolvidas por culturas diferentes, e a relação da educação com as crenças religiosas.
	Movimentos sociais e educação	Maria da Glória Gohn	2005	Avanços e conquistas na área educacional, que contou com a participação popular em defesa da educação pública.
	Educação escolar: Políticas, Estrutura e Organização.	José Carlos Libâneo (Org.)	2013	O processo de formação, e as transformações introduzidas no sistema nacional de ensino, identificando seus avanços e recuos.

	O Serviço Social na Cena contemporânea. Direitos sociais e competências profissionais	Marilda Vilela lamamoto	2010	O Serviço Social contemporâneo voltado à defesa do trabalho e dos trabalhadores, e com a luta os direitos sociais e da cidadania.
	O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.	Marilda Vilela lamamoto	2007	Trabalho e formação profissional na cena contemporânea, sua adequação aos novos tempos e seu compromisso com o projeto – ético político.
	Educação contra o capital	Ivo Tonet	2006	Educação e as relações de classes, uma compreensão das transformações no mundo do trabalho.
	“questão social” particularidades no Brasil	Josiane Santos Soares	2012	As particularidades entre as categorias “modo de produção” e “formação social”, e a “questão social” como resultante das relações entre capital e trabalho.
	A educação para além do capital	István Mészáros	2005	As novas configurações do ensino no sistema neoliberal, e como ele tem influenciado para a reprodução do capital
	Estado, Classe e Teoria Social.	Carlos Montañó e Maria Lúcia Duriguetto.	2013	Estudo dos processos históricos, o Estado e a sociedade civil, a democracia e cidadania.
ARTIGO	LDB: dez anos em ação	Augusta Isabel Junqueira Fagundes	Acesso em: 12/03/2020	Informações sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
DOCUMENTOS	Constituição Federal de 1988	BRASIL	Acesso em: 14/08/2020	Marcos histórico na educação, como direito de todos e dever do Estado.
	Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990	BRASIL	Acesso em: 16/04/2020	Os direitos da criança e do adolescente assegurados, assegurados com absoluta prioridade.
	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	BRASIL	Acesso em: 24/03/2020	Informações sobre o programa que incentivou a matrícula de crianças.
	CEFES	Conselho Federal de Serviço Social	2010	Uma compreensão do que vem ocorrendo nas últimas décadas, do desmonte do sistema de garantia de direitos.

Fonte: primária

QUADRO 2 – CAPÍTULO II: TIPIFICAÇÃO DO MATERIAL

TIPO	TÍTULO	AUTOR	ANO	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES
LIVROS	Serviço Social : Identidade e alienação	Maria Lúcia Martinelli	2009	O antagonismo entre as classes, e a luta da classe operária em busca de seus direitos.
	Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica	Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho	1995	O processo de institucionalização do Serviço Social , e suas primeiras formas de atuação, que se relaciona com as transformações econômicas.
	O que é política pública	Vicente de Paula Faleiros	1991	A realidade das políticas sociais organizadas pelo Estado.
	O Serviço Social e popular	Maria Ozamira da Silva e Silva	2009	A aproximação do Serviço Social com a educação, e seu engajamento no movimento de educação de base.
	Pedagogia do Oprimido	Paulo Freire	1987	Para que haja um melhor aprendizado, é preciso que o conhecimento de mundo do educando seja respeitado.
	Convite à Filosofia	Marilena Chauí	2005	A sociedade democrática, ideias de igualdade e liberdade como direitos civis do cidadão.
	Ética e Serviço Social : fundamentos ontológicos	Maria Lúcia Silva Barroco	2006	A ética e sua compreensão crítica para intervir na realidade social.
	A instrumentalidade do Serviço Social	Yolanda Guerra	2010	A instrumentalidade como a capacidade e propriedade da profissão, para intervir nas relações sociais.
	Educação e Serviço Social : Elo para a construção da cidadania	Elia Bolorino Canteiro Martins		A atuação do Serviço Social na educação como uma inserção ampla e efetiva.
	O Serviço Social no Brasil	Maria Grave Ortiz	2010	A trajetória do Serviço Social no Brasil, e o processo de mudanças, os princípios que a profissão defende e como planeja para intervir na sociedade.
ARTIGO	A construção do Projeto Ético Político	José Paulo Netto	Acesso em: 20/05/2020	A construção do projeto ético político, momentos importantes no desenvolvimento do Serviço Social .
DOCUMENTOS	Portal do MEC - Ministério da Educação Plano Nacional de Assistência Estudantil	BRASIL	Acesso em: 20/04/2020	Políticas de assistência estudantil, o programa nacional abre espaço para atuação da profissão.

	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	BRASIL	Acesso em: 20/04/2020	Informações sobre o monitoramento e avaliação de políticas educacionais, programas e planos de educação.
	Portal do MEC – Ministério da Educação, Combate ao Bullying.	Cléo Fante	Acesso em: 18/05/2020	Informações sobre o programa de combate ao bullying, e as consequências do bullying nas escolas.
	Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	BRASIL	2019	Ações desenvolvidas, para o combate de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, com o objetivo de garantir seus direitos.

Fonte: primária

3.3 ANÁLISE DE DADOS

Nesse tópico serão feitas as análises dos resultados obtidos neste trabalho. Para uma melhor compreensão, os resultados serão apresentados a partir de três categorias identificadas após análise dos dados. São eles: I – O contexto histórico social e o âmbito escolar; II – A situação econômica como um fator desfavorável para a permanência escolar; e III – As desigualdades sociais que refletem diretamente na vida desses estudantes. Desse modo, serão colocadas as ideias dos autores, a fim de responder os objetivos, e trazer uma compreensão dos meios para as intervenções do Serviço Social junto à educação.

I – O contexto histórico e o âmbito escolar

Considerando um ensino marcado por interesses e dominação, no desenvolvimento de políticas pontuais e fragmentadas, Araújo (2017), considera que, as políticas sociais se construíram dentro da lógica da fragmentação no Brasil, o processo de formação das políticas sociais, como resposta à “questão social”, o que influencia na sua elaboração e efetivação na contemporaneidade, evidenciando dessa forma, o contexto histórico, político e econômico.

A autora destaca que, no campo da educação, essa política vinha de uma série de reformas, são transformações advindas das reorganizações no contexto

neoliberal, políticas mínimas, focalizadas, causando assim, a exclusão social, o ensino foi se desenvolvendo, e adaptando-se as transformações ocorridas ao longo do tempo, são questões que afetam diretamente no social, no âmbito escolar, e na vida dos indivíduos, ou seja, o acesso à escola existe, porém, de forma seletiva e excludente.

Nesse processo, com relação ao Ensino Médio, Sousa (2016), destaca que;

(...) Vale registrar que esse nível de ensino enfrenta problemas de diversas ordens. Apesar das críticas sobre o processo de construção da LDB em vigor, reconhecemos que ela se manteve leal aos preceitos constitucionais de autonomia, democracia, liberdade e cidadania. Entretanto os avanços, obtidos no acesso contrastam como grave problema da reprovação, evasão e abandono escolar persistente. (SOUSA, 2016, s/p).

Dessa forma, a reprodução da exclusão social, tem se materializado também no âmbito escolar. Para refletir sobre as condições de acesso a essas políticas em sua forma integral, em especial a educação, destaca-se a articulação entre as políticas, que traz a importância do reconhecimento das necessidades sociais, com o objetivo de atendê-las, o que vem se materializando como desafios para a viabilização e garantia dos direitos sociais.

Diante desse contexto, a relação do Serviço Social com a educação, como bem coloca Lança (2017), destaca-se, a capacidade intelecto reflexiva dos profissionais, como particularidade, que contribui para a constância do Serviço Social, que na educação, se realiza através da mediação e da práxis, ou seja, a capacidade de apreensão da realidade, contribuindo na interdisciplinaridade, em parceria com outros profissionais, para promover o acesso escolar, e o desenvolvimento da educação em sua forma integral.

II – A situação econômica como um fator desfavorável para a permanência escolar

Conhecer a realidade social, o contexto sócio- econômico das famílias, contribui para uma compreensão do desequilíbrio existente, entre o acesso, e condições de permanência na escola, visto que, são as precárias condições de vida, que levam muitas das vezes, adolescentes, e até mesmo crianças começarem a trabalhar cedo, e com isso deixarem de frequentar a escola.

Observamos uma relação direta entre, trabalho infanto-juvenil, frequência e abandono escolar, que coexistem imbricadas entre si, ligação esta que é muito difícil de romper, principalmente através de intervenções pontuais de acompanhamento. (OLIVEIRA, 2014).

A precariedade material que vivem muitas famílias se faz necessário conhecer seu efeitos, em decorrência da negação dos direitos, do não acesso as políticas sociais de forma universal, e da apropriação do capital, que se materializa na má distribuição de renda, causando a pobreza extrema, e uma relação direta, na vida dessas crianças e adolescentes, entre, trabalhar para ajudar na subsistência da família, e a oportunidade de permanecer na escola.

Diante disso, as intervenções realizadas pelo assistente social, e demais profissionais envolvidos, que se deparam com essas demandas, colocadas pela autora, como desafios Oliveira (2014). Vemos que, são questões, que devem ser lavadas em consideração, a subjetividade dos indivíduos, a convivência familiar, e questões culturais, cabe aqui, pontuar que, como enfrentamento/mediação a essas violações, que a profissão avança, onde se faz necessário sua presença.

Estudos realizados no ensino de cursos técnicos, no que se refere a evasão, o trabalho, foi apontado como a maior causa, nesse sentido entende-se que, há uma relação entre desistência e fatores externos, como a prioridade dada ao trabalho. Destacado pela autora; a conciliação entre o curso técnico e as outras atividades que o aluno desempenha, como o trabalho, vida pessoal e o ensino regular. (SANTOS, 2017). Levando em consideração, as necessidades do cotidiano, que vem se colocando como anseios para esses estudantes, concluímos que, não minimiza a causa do abandono, visto que, a permanência no curso, é um investimento para o futuro, e, portanto, o investimento financeiro, como, bolsas ofertadas, com o objetivo de melhorar o ensino público, como também, o apoio a esses estudantes, contribui de forma significativa. São questões que, em sua maioria, não são postas as reais necessidades, e que necessita dos profissionais um olhar crítico reflexivo da realidade.

III – As desigualdades sociais e seus reflexos na vida dos estudantes

Frente a esses desafios, há uma maior necessidade para a ampliação das políticas públicas, no que se refere ao desenvolvimento de projetos, que levem em

consideração, a familiar, a escola, e o aluno, ou seja, o desenvolvimento do ensino, em sua forma mais ampla, e ao mesmo tempo, contemple de perto, as mais variadas formas das desigualdades sociais.

(...) O número de crianças e adolescentes que, mesmo tendo o direito à educação, estão fora da escola por alguma razão que foge de sua responsabilidade, sujeitos em desenvolvimento, não se pode divorciar tais considerações dos fundamentos em que se colocam a educação contemporânea, em que se fazem jus às teorias de que o ser humano é dono de muitas potencialidades e que os mesmos devem ser estimulados também na escola. (DUARTE, 2017, s/p).

Vale considerar que, não apenas o direito à educação garante o acesso e condições plenas de permanência, da criança e do adolescente na escola, tendo em vista que, a escola é um espaço de construção do conhecimento, a partir disso, entendemos que, as possibilidades para proporcionar um ambiente acolhedor, e que estimule esses alunos possa ser desenvolvido constantemente, com objetivos claros, de combate às desigualdades existentes na escola, que tem interferido diretamente na vida dos mesmos.

Duarte (2017) destaca ainda que, as desigualdades étnico-raciais acabam convergindo para o desempenho nos estudos. Concluímos que, a realização do trabalho do assistente social, visto como um agente no fortalecimento do processo de combate a todas as formas de preconceito, destacando aqui, o preconceito racial, reproduzido pela sociedade, e pelas instituições, como aqueles que são “diferentes”, ao lidar com realidades diversificadas, o assistente social, possui a capacidade de atuar junto às questões particulares, através de sua contribuição para a transformação, do ambiente escolar, e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises aqui apresentadas, conclui-se que, a educação, marcada por interesses de dominação, e ajustada às transformações de ensino na contemporaneidade, limita-se o acesso à escola em sua integralidade, com mínimas condições de permanência, em decorrência do processo de elaboração de políticas focalizadas, causando a exclusão social, o que tem afetado diretamente no ensino e na permanência escolar desses estudantes.

As desigualdades sociais, que vem se materializando na exclusão social, ocasiona a evasão escolar. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi de colocar o assistente social como um agente, que atua na promoção e no fortalecimento, para o acesso e permanência desses estudantes na escola, e está ligada a sua capacidade de atuar na mediação e garantia dos direitos sociais, levando em consideração as particularidades dos indivíduos, e as possibilidades de atuação em parceria com outros profissionais, o que nos faz visualizar as potencialidades frente aos desafios postos na atualidade.

As dificuldades encontradas, durante o processo de construção desse trabalho, se deram pela moderada literatura sobre o tema estudado para a realização da pesquisa bibliográfica, o que nos motiva realizar novos estudos, contribuindo dessa forma, para novas fontes de pesquisa sobre a temática estudada, nos despertando para questões postas na atualidade, e que vem se intensificando. Estudar a inserção do profissional assistente social na educação, permite desvelar as demandas sociais no âmbito escolar.

A importância desse estudo para a sociedade, está ligada a observação e percepção da realidade social que são possíveis, através de uma análise crítica do processo de construção da educação em nosso país. Dessa forma, é de suma importância, estudos que evidencie o que pode ser melhorado e transformado na sociedade como um todo, através do conhecimento científico, reafirmando novos rumos no campo da educação, levando em consideração, o desenvolvimento, fortalecimento e ampliação das políticas públicas, e das ações entre os órgãos, com o objetivo de somar esforços quem venha contribuir para o crescimento da mesma.

REFERÊNCIAS

ABEPSS_ Coletânea, José Paulo Netto. Artigo, pdf. **A Construção do Projeto Ético – Político do Serviço Social**. Disponível em: www.abepss.org.br – Acesso em: 20 de maio de 2020.

AEPETI. Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **Cartilha das Ações Estratégicas de Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Ministério do Desenvolvimento Social, pdf, Brasília, 2019.

ARANHA, Ana, Brasil – NOTÍCIAS. **A escola que os jovens merecem**. In Revista Época, 19 de agosto de 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI87998-15223,00-A+ESCOLA+QUE+OS+JOVENS+MERECEREM.html> Acesso em: 15 de maio de 2020.

ARAÚJO. Gislene Ferreira da Silva, **A Intersetorialidade nas políticas públicas (Saúde, Assistência Social e Educação) como estratégia de enfrentamento da pobreza na região do Japalão no estado do Tocantins**. 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br> Acesso em: 05 de junho de 2020.

AZEVEDO. Rodrigo. **A história da educação no brasil**. Gazeta do Povo., 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84>. Acesso em: 10 de março de 2020.

BARROCO. Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. In CFESS e ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. pdf, 2006, p. 20.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>.> Acesso em 14 de março de 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/L8069.htm>.> Acesso em 16 de março de 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**, Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010-2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 20 de abril de 2020.

BRUINE. Eliane da Costa. **Educação do Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.com> Acesso em: 20 de março de 2020.

CFESS, **Serviço Social na Educação**. 2001. Disponível em: [https://www.cefess.org.br/arquivos/SS na Educação \(2001\), pdf](https://www.cefess.org.br/arquivos/SS na Educação (2001), pdf). Acesso em 10 de abril de 2020.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, pdf. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**, 2010.
Disponível em: [https://cefess.org.br/arquivos/subsídios-servico-social-na-educacao.pdf](https://cefess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf). Acesso em 28 de março de 2020.

CHAUÍ. Marilena, **Convite à Filosofia**. 13ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2005, p. 404 a 405.

DUARTE, Karen Machado. **As políticas públicas de enfrentamento à infrequência e evasão escolar de crianças e adolescentes no marco jurídico da teoria de proteção integral**: Um estudo no município de Santa Maria/RS. 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br> Acesso em 05 de junho de 2020.

FAGUNDES. Augusta. **LDB: Dez anos em ação**. Disponível em: www.ipae.com.br>ldb Acesso em 12 de março de 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula, **O que é política social**. 5ª Ed. Editora brasiliense, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**, 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 77.

GUERRA. Yolanda, **A instrumentalidade do serviço social**: 8ª Ed. Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10ª Ed. São Paulo: Cortez/Celats. 1995, p. 190-191.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 113.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 11.

IAMAMOTO. Marilda Vilela, **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. In CEFESS e ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS. pdf, 2010, p. 4.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**,
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias>. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br> Acesso em 24 de março de 2020.

INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, V.1. (2018): Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais. Publicado em 13 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cadernosdeestudos.inep.gov.br> Acesso em: 28 de abril de 2020.

LAKATOS. Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A – 2003.

LANÇA. Angelita Márcia Carreira Gandolfi, **Contribuições do Serviço Social coma educação. 2017**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br> Acesso em: 0 de junho de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização/** José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social. Identidade e Alienação**. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 100, 2009,.

MARTINS. Eliana Bolorino Canteiro, **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MEC, Ministério da Educação, Cléo Fante, **Combate ao Bullying**. Disponível em: <https://www.portal.mec.gov.br> - Janeiro de 2010. Acesso em: 18 de maio de 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital. PDF**. Tradução de Isa Tavares. - São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org.) / Suely Ferreira Deslandes / Otávio Cruz Neto / Romeu Gomes. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 132.

OLIVEIRA, Luciana Francisca de. **Pobreza, trabalho infantojuvenil e escolarização: Concepções e práticas a partir do Programa Bolsa Família.** 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br> Acesso em 05 de junho de 2020.

ORTIZ. Fátima Grave, **O Serviço Social no Brasil: Os Fundamentos de sua Imagem e da Autoimagem de seus Agentes.** Rio de Janeiro: E- papes 2010. p. 18 a 19.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza. A centralidade na educação básica. 2 Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

PILETTI, Claudino e PILETTI, Nelson. **História da Educação: De Confúcio a Paulo Freire.** 1ª Ed. São Paulo: Editora contexto, 2013.

PLANO DE GOVERNO DO CANDIDATO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Uma escola do tamanho do Brasil. São Paulo: Grupo de Trabalho na área de Educação, Ciência e Tecnologia, 2002.

SANTOS, Josiane Soares. **“questão social” particularidades no Brasil.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 135.

SANTOS. Talitha Araujo. **Evasão e permanência na educação profissional técnica de Nível Médio do pronatec no Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia de Minas Gerais.** 2017.

Disponível em: <https://www.capes.gov.br> Acesso em 05 de junho de 2020.

SEVERINO. Antonio Joaquim, **Metodologia do Trabalho Científico.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. Ozamira da Silva e (Org.). **O Serviço Social e popular.** São Paulo: Cortez, 2009, p. 29.

SOUZA. Eliézio de Moura. **A reprovação, evasão e abandono no Ensino Médio noturno de uma escola estadual do Amazonas.** 2016. Disponível em: <https://www.capes.gov.br> Acesso em: 05 de junho de 2020.

TONET, Ivo. Educação Contra o Capital. pdf, 3ª Ed. São Paulo, 2006.